

O RACISMO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: SOB OS OLHARES DOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE

Carlos Marcelo Silva Patricio¹
Fernanda de Araújo Sousa²
Leilane Silva Cavalcante³

RESUMO

As reflexões tecidas neste artigo visam explicar o racismo enquanto manifestação da questão social. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde se buscou aprofundamentos teóricos acerca dos diversos entendimentos sobre a emergência e legitimidade da Questão Social e suas especificidades no caso brasileiro. Além disso, considera-se a existência de uma Questão Social latente ainda no período colonial brasileiro, o qual representou as raízes das desigualdades postas em nossa sociedade desde o período colonial até dias atuais. Um dessas desigualdades culminou na presença do racismo, como consequência da exploração da mão-de-obra escrava e a segregação histórica, social e econômica a qual a população negra fora submetida desde então. A segunda etapa da pesquisa, contou com a aplicação de um instrumental em que se questionava o entendimento e percepções dos discentes dos diversos centros do conhecimento da Universidade Estadual do Ceará, acerca das relações étnico-raciais e racismo no Estado do Ceará.

Palavras-chave: Questão social. Questão social latente. Racismo.

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo, sistema econômico vigente em nossa sociedade, é caracterizado pela a produção de matérias-primas em alta escala, visando o consumo e o lucro exacerbado, representa “a potência econômica da sociedade burguesa que domina tudo” (MARX, 1982, p. 19). O seu surgimento trouxe a presença de um

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará; Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET do Curso de Serviço Social/UECE; Integrante do Laboratório de Afrobrasilidade, Gênero e Família – NUA Afro/UECE. E-mail: patriciomarcelo@yahoo.com.br.

² Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará; Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET do Curso de Serviço Social/UECE. E-mail: nanndinha1987@hotmail.com.

³ Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará; Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET do Curso de Serviço Social/UECE; Integrante do Laboratório de Afrobrasilidade, Gênero e Família – NUA Afro/UECE. E-mail: Leilane.scavalcante@gmail.com.br.

antagonismo, que enraizado em sua estrutura, fez desenvolver uma sociedade desigual, no qual a riqueza material, fruto desse sistema, pertence a poucos, enquanto muitos, embora produtores dessa riqueza, vivem com dificuldades de sobrevivência ou até mesmo de maneira miserável.

Logo, para Mészáros (2002):

Os antagonismos sociais do sistema do capital não podem ser eliminados, apesar de todo o arsenal de racionalização acionado pela ideologia dominante porque são antagonismos estruturais. Os antagonismos que emanam das estruturas vitais do capital são reproduzidos sob todas as circunstâncias históricas da era do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 106).

Essa realidade marca o fortalecimento das desigualdades sociais e o surgimento da questão social que, para Iamamoto (1983), refere-se ao conjunto de expressões das desigualdades no capitalismo maduro.

Dentro dessa lógica capitalista e da noção de desigualdades sociais adéqua-se fortemente o processo de exclusão social que, para Rattner (2006)

é o resultado de uma dinâmica “perversa” de acumulação e reprodução do capital, cada vez mais aceleradas pela concentração de capitais no regime de mercados e espaços globalizados. A exclusão é inerente ao sistema capitalista, como fenômeno universal e inevitável, expandindo-se em ritmo e intensidade diferentes, ao acompanhar os ciclos de expansão e recessão da economia (RATTNER, 2006, s/p.)

O processo de exclusão social atua diretamente na produção de pessoas invisíveis e marginalizadas pela sociedade, sendo representadas, na maioria das vezes, por indivíduos que convivem com uma realidade precária, destituída de direitos e proteção social.

Diante desse contexto, a população brasileira negra está diretamente ligada a esse processo de desigualdade e exclusão, pois devido à escravidão da mão-de-obra dessa população, durante o período colonial, estes tiveram sua cultura abafada por um sistema que o obrigava a exercer um “trabalho forçado e constrangido” (SILVA, 2008, p. 34). Assim, “a inferioridade que adquirem esses componentes

étnicos na nossa sociedade está relacionada à sua forma de incorporação brusca, sem preparo algum” (*Idem*).

Com o objetivo de analisarmos a questão racial como uma expressão da questão social, abordaremos esse tema através de um apanhado histórico sobre o surgimento da questão social e qual a sua configuração na realidade brasileira. Após essa explanação, traremos uma noção geral do significado da questão latente na formação sócio-histórica brasileira, como esta se caracteriza em nossa sociedade para, finalmente, determos nossa discussão da questão racial como a raiz latente da questão social na realidade cearense.

2 QUESTÃO SOCIAL: CONCEITO, EMERGÊNCIA E LEGITIMIDADE

Pode-se afirmar que a Questão Social surgiu no século XIX em meio a um contexto de desordem, contradição e insatisfação, através do desenvolvimento desigual do país, que culminou no reconhecimento da divisão entre classes sociais, através da relação capital-trabalho.

Ianni (1991) compreende a questão social “como produto das crises econômicas, próprias do desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro, que tem gerado processos sociais conflitivos, no campo e na cidade, desde a economia colonial escravista” (*Idem*, p. 2-3).

O processo de desenvolvimento desigual dessa relação do trabalho gera um aprisionamento à lógica de acumulação do capital, que se sustenta na privação do produto do trabalho resultante da produção coletiva, culminando assim na questão social. Como afirma Pereira (2001), a “questão social”:

[...] indica, [...], a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos e antagônicos [...], na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos. Foi com essa caracterização que a questão social surgiu na Europa no século XIX. [...] Por isso, a questão social é, de fato, particular e histórica (PEREIRA, 2001, p.59).

Segundo Marilda Iamamoto (2008, p, 156), “[...] na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”.

Ainda em concordância com Iamamoto (1999), podemos definir que:

[...] a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

Contudo, a lógica de acumulação e apropriação não se limita apenas ao fator econômico, ela causa impacto também nas relações e representações sociais, portanto afeta os campos sociocultural, político e ideológico. Ou seja, a questão social é formada por um conjunto complexo que tem como elementos constituintes a hegemonia da lógica de acumulação do capital, a luta de classes, o pauperismo e os problemas sociais.

No Brasil, a questão social surge entre a década de 30 e 40, na qual vive-se um processo de desorganização dos poucos sindicatos e o começo de um novo modelo econômico, “ao mesmo tempo, trata-se do surgimento do Serviço Social brasileiro que tem na nossa questão social sua base sócio-histórica de fundação” (CARVALHO & IAMAMOTO, 1982; NETO, 1992)

Todavia, é preciso que se tenha o reconhecimento de que a transição do capitalismo competitivo para o monopolista no Brasil não se deu por meio de pilares de democracia nacionalista em que o país poderia implantar prioritariamente um desenvolvimento capitalista nacional autônomo (IAMAMOTO, 2008, p. 131); mas ao contrário disto, o projeto de mudança do modelo econômico deu continuidade a práticas históricas de dominação e exploração conforme ocorreu no período da Colonização.

Logo, a emergência de se compreender a questão social no Brasil e no mundo é urgente, pois se trata de um fenômeno mundial e atual no qual a cada dia surgem novas expressões da questão social. Ressalta-se que:

[...] no pensamento social brasileiro, a *questão social* recebe diferentes explicações e denominações: “coletividades anormais”, “sociedade civil incapaz”, “povo amorfo”, sendo o tom predominante a suspeita que de a vítima é culpada, e a pobreza, um “estado da natureza”. Essa tendência de naturalizar a *questão social* combina-se, no pensamento social brasileiro, com o assistencialismo e a repressão, em uma criminalização “científica” da *questão social* (IAMAMOTO, 2008, p. 140).

Assim, compreender esse contexto histórico implica entender o significado da Questão Social, pois esta questão impacta na vida dos sujeitos que buscam pela efetivação de seus direitos, que clamam pelo reconhecimento e valorização de sua cidadania.

3 A QUESTÃO SOCIAL LATENTE NO PROCESSO DE FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICO BRASILEIRO

O entendimento da Questão Social como consequência inerente à estrutura do modo de produção capitalista leva diversos teóricos a debates quanto à emergência de tal fenômeno dentro do processo de formação brasileiro e suas particularidades.

Netto (1992) compreende que a Questão Social é legitimada no Brasil, em um ponto de vista histórico-social, somente no século XX, através do protagonismo dos trabalhadores na fase do capitalismo maduro.

Entretanto, sem deixar de lado a perspectiva do materialismo histórico-dialético, Silva (2008), embasada na compreensão de Octávio Ianni, entende que a Questão Social, se deu no Brasil, ainda que de forma latente, no período colonial, onde se é possível encontrar as raízes das desigualdades existentes em nossa sociedade até a contemporaneidade.

Dentro dessa perspectiva, faz-se necessário uma abordagem ampliada acerca do processo sócio-histórico brasileiro, iniciando pelo período colonial e suas especificidades.

Santos (2012) sinaliza que a origem da formação social brasileira tem sua gênese na condição de Colônia portuguesa durante o período conhecido como “expansão marítima”. Em tal contexto, algumas particularidades podem ser percebidas no contexto brasileiro: a colonização ocorreu na busca por atender aos interesses comerciais da metrópole voltados para o mercado externo europeu; o Brasil sempre foi visualizado pela metrópole apenas como um fornecedor de artigos de exportação, na forma de matéria-prima, isso concretizou as atividades econômicas aqui realizadas como monoculturas extensivas, facilitando o surgimento das grandes propriedades rurais; o papel secundário da agricultura de subsistência; entre outros.

Fernandes (1964) complementa que durante o período colonial, a sociedade brasileira estava embasada em um sistema produtivo escravocrata, onde a monocultura, o latifúndio, a imagem do senhor de engenho e do escravo, constituíam a base de sua organização social.

De acordo com Oliveira (2012):

Os escravos eram submetidos ao trabalho árduo, humilhações e castigos corporais, sendo excluídos do convívio social. Vistos tão somente como mercadorias, tanto para os comerciantes do tráfico negreiro, como para os latifundiários exploradores de sua mão de obra. Uma situação de total exploração e subjulgamento que degeneraram profundamente as relações sociais brasileiras (OLIVEIRA, 2012, p.3).

Em concordância com tal perspectiva, Silva (2008) assinala ainda autores como Caio Prado Júnior, que julgam o período colonial brasileiro como uma vasta empresa colonial, onde se teve a exploração da mão de obra negra e indígena, em prol do lucro exacerbado. Esta concepção aponta a raiz latente da questão social brasileira, compreendida como “produto das crises econômicas, próprias do desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro, que tem gerado processos sociais conflitivos [...] desde a economia colonial escravista [...]” (SILVA, 2008, p. 27).

Ainda de acordo com a autora:

Escavidão e o patriarcalismo são categorias constituintes e atuais no processo de formação da sociedade brasileira, de acordo com as configurações histórico-conjunturais. Sendo assim, não estão descoladas das raízes latentes da nossa questão social, representada no contexto da colonização pela questão étnica e pelo trabalho forçado, motivo de tantos conflitos sociais e raciais que ainda não foram superados [...] (SILVA, 2008, p. 34).

Este entendimento acerca da questão social, nos leva a compreensão de que os processos exploratórios expressos na base da produção colonial fomentaram desigualdades sociais, econômicas e culturais para a população indígena e negra que, por sua vez, se mantém presentes até a contemporaneidade.

Nunes (2006) considera que o panorama da escravidão no Brasil, recomposto por diversos historiadores, mostra que o regime escravista brasileiro foi materializado em uma violência cotidiana multiforme e naturalizada, que nos aponta para o entendimento do racismo presente na sociedade brasileira.

Faz-se importante elucidar que a Abolição da escravidão em 1888, não gerou processos emancipatórios, nem tampouco incitou ou legitimou o reconhecimento da cidadania da população negra.

4 O RACISMO COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Ressalta-se que compreendemos a “questão social” em concordância com o posicionamento de Lamamato (2012, p. 160) ao sinalizá-la como um conjunto de desigualdades econômicas, políticas e ideoculturais, “mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, formações regionais, colocando em causa amplos seguimentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”.

Frente a isso, cabe salutar que o racismo é compreendido como uma das refrações da “questão social”, haja vista que afeta uma grande parcela da população brasileira. Portanto, se faz necessário o enfrentamento desse preconceito para que se tenha uma sociedade verdadeiramente referencial, equânime e justa.

Em meio ao contexto de formação sócio-histórico da realidade brasileira, é preciso que desmistifiquemos um mito, que por vezes, acredita na inexistência do racismo. Assim, percebemos que o “mito da democracia racial”, que se encontra imerso no imaginário da nossa sociedade, camufla o preconceito racial existente no Brasil. Entendemos tal mito de acordo com Santos (s/n), como

[..] uma narrativa ideológica que nega a desigualdade racial, conseqüentemente o racismo, afirmando que entre negros e brancos existe uma igualdade de oportunidade. Ao negar o racismo, ele perpetua os estereótipos e preconceitos sobre os grupos étnicos marginalizados, pois somos levados a pensar que se existe igualdade de tratamento, e as desiguais posições socioeconômicas são resultado da incapacidade de negros e índios que possuem culturas subalternas (SANTOS (s/n, p. 3-4).

Assim, nota-se que o racismo, no Brasil, encontra-se mascarado pelo mito supramencionado, que esconde e julga os brasileiros como pessoas de “boa consciência” que negam o preconceito racial ou o reconhecem de forma branda.

De acordo com Schwarcz (1998) no Brasil, ninguém nega que exista racismo, mas a sua prática é sempre atribuída ao outro. Seja da parte de quem age de maneira preconceituosa, seja daquela de quem sofre o preconceito, o difícil é admitir a discriminação e não o ato de discriminar.

Portanto, falar sobre questões relacionadas ao preconceito racial, em nosso país, é um tema quase que “tabu”, pois ninguém se considera preconceituoso, porém, conhece pessoas que são vítimas de preconceito, algo extremamente contraditório, já que vivemos em uma sociedade que se afirma livre de preconceito racial.

Diante do exposto, é perceptível que existe uma dificuldade de se reconhecer que o racismo realmente existe na sociedade brasileira, uma vez que é silencioso e se esconde por trás de uma suposta garantia de universalidade e da igualdade das leis.

Segundo Madeira (2011), na realidade cearense, a discussão em torno do racismo, como uma refração da “questão social”, assume particularidades complexas, tendo em vista que vivemos em um Estado que nega a existência da população negra. Atrelado ao discurso do “mito de democracia racial”, tal fato nos

faz crer na proliferação perversa deste discurso ideológico de que no Ceará não têm negros/as. Este fato perpassa obstáculos e ações fragmentadas por parte do organismo governamental no trato das políticas públicas, uma vez que acreditam inexistir motivos para se preocupar em solucionar problemas de desigualdades raciais, postos que são irreais.

Conforme o Censo de 2010, o Ceará conta com 8.452.381 habitantes, sendo 31% de brancos, 2,7% pretos, 66,1% de pardos e 0,2% de indígena. Enquanto a capital Fortaleza conta com 2.452.185, assim distribuídos: 901.816 autoafirmaram cor/raça branca, 110.811 preta, 33.161 amarela, 1.403.292 parda, 3.071 indígena e 34 não declararam.

Diante das estatísticas percebemos que a população negra no Estado cearense é composta por mais da metade da população, tendo em vista, que se considera que os pretos e os pardos compõem essa comunidade. Assim, observamos que mesmo com a presença desse seguimento no Ceará, ainda observamos várias dificuldades na efetivação de políticas de ação afirmativa e valorativas para um segmento que contribuiu na consolidação deste país, uma vez que a ideologia racista invisibiliza ou visibiliza de forma estereotipada esse seguimento populacional no Ceará.

5 O PERCURSO METODOLÓGICO

O presente ensaio caracteriza-se como uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, que tem como objetivo principal a exposição das peculiaridades – procedência, sexo, nível de escolaridade etc. – de uma população específica ou de fatos percebidos em um determinado ambiente ou a relação entre esses dois fatores citados (GIL, 1995). Assim, “suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados” (GIL, 1995, p. 45).

Para consecução da pesquisa, buscou-se compreender as percepções que os estudantes da Universidade Estadual do Ceará (UECE) têm sobre a temática do

racismo como uma expressão da questão social. Os dados foram colhidos durante o mês de novembro do corrente ano, com a colaboração de dez estudantes pertencentes aos cinco Centros que englobam a UECE (Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências e Tecnologias, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Centro de Humanidades e Centro de Educação), sendo escolhidos apenas dois de cada um deles, que foram convidados, por livre consentimento, a responder um questionário com dez perguntas semiestruturadas.

Esse questionário foi dividido em duas partes. Na primeira buscamos compreender a identidade dos entrevistados: sexo, idade, religião, pertença étnica e escolaridade. Na segunda, organizamos algumas perguntas sobre a percepção dos estudantes quanto à “questão social” e às relações étnico-raciais, possibilitando uma avaliação mais subjetiva desses sujeitos em relação ao assunto abordado.

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A aplicação dos instrumentais de pesquisa foi realizada com dez estudantes dos diversos Centros da UECE a fim de compreender como esses universitários percebem a Questão Social e a Questão Racial no Brasil e especificadamente no Ceará.

Constatamos os seguintes dados em relação à identificação de cada estudante participante: possuem em média 24 anos; todos estão em cursos de graduação; 6 alunos são do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Quando indagados sobre sua pertença étnica, 5 alunos declararam-se pardos, 2 brancos, 1 indígena, 1 preto, e 1 aluno disse não saber.

A segunda parte do questionário, que possui perguntas objetivas e abertas, intitulada "Percepção sobre a 'questão social' e Relações Étnico-Raciais" levantou questionamentos sobre o racismo no Brasil e no Ceará. Tendo em vista que a pesquisa foi realizada com o total de 10 estudantes, quando fizemos referência ao racismo no Brasil, 9 marcaram que consideram existente o racismo no país e 1 declarou que não considera o Brasil um país racista. Em relação à existência de

negros no Ceará, foi unânime a concordância de que existem; 9 alunos disseram que há desigualdade racial em Fortaleza, 1 aluno discordou. Quando perguntamos se algum deles já havia sofrido discriminação racial, todos responderam que não, porém 5 pessoas afirmaram que conhecem alguém que foi discriminado ou discriminou.

Os participantes da pesquisa também discorreram sobre o que entendem por questão social. As respostas foram bastante diversificadas, tendo em vista que os participantes são de áreas do conhecimento distintas. Alguns relacionaram a questão social como sendo os conflitos ou desigualdade existentes na sociedade. Porém, foram várias as definições como: “São questões que envolvem a qualidade de vida de um indivíduo”; “Questões que podem levar a algum conflito na sociedade”; “São as questões abordadas no contexto social relacionada à desigualdade, seja de gênero, classe, etnia e etc.”.

Os universitários participantes também fizeram colocações sobre como a desigualdade racial se manifesta na cidade de Fortaleza (se considerarem existente a manifestação dessa desigualdade). Podemos destacar algumas colocações, como: “só os negros são tidos como bandidos”; “Ela (desigualdade racial) surge em piadas, em entrevistas de emprego, nas ruas, de uma forma não tão escrachada como alguns anos atrás”; “Grande parte dos pobres estão nas favelas e são negros, não tendo acesso à educação e outros benefícios”;

“A desigualdade, pelo menos no Brasil, é predominantemente baseada em classes, diferentemente de alguns outros países. Há um misto de várias etnias em diversos bairros, não há uma separação homogênea. Inclusive, aqui, especialmente no Ceará, é carinhoso se chamar outro de nego, ou nega, o que poderia ser interpretado como uma coisa pejorativa em outros lugares aqui é normal”.

No final de cada questionário indagamos de que forma se dá o tratamento das pessoas segundo sua pertença étnico-racial na universidade. A maioria dos estudantes respondeu que não percebem nenhum tipo de tratamento diferenciado baseado na pertença étnica. Destacamos algumas colocações: “Vejo que não há diferença de tratamento”; “Existem poucos negros e nenhum indígena na minha

faculdade. Nunca tomei conhecimento sobre discriminação com qualquer destes. A meu ver, são tratados igualmente”;

“Depende do contexto social em que está inserido. Em relação ao tratamento formal-burocrático da universidade com o aluno, não constatei tratamento desigual. Ainda em relação ao contexto universidade-aluno, numa análise mais substancial e social, verifica-se a inexistência de ações afirmativas (cotas raciais) para compensar a baixa presença de alunos da etnia negra. Já no contexto da relação aluno-aluno, existe discriminação racial, mas de difícil constatação e pouco presente”.

Finalmente, foi proposto que os estudantes fizessem sugestões de possíveis formas de enfrentamento desse racismo. A maioria das colocações explicitou a importância de políticas governamentais, criação de cotas raciais nas universidades, educação e conscientização de igualdade. Também foi colocado a questão da mídia e o “racismo sutil” em forma de piadas, brincadeiras ou até mesmo vícios de linguagem.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão racial como expressão da Questão Social muitas vezes não é percebida em nossa sociedade. O conceito de que o Brasil é um país miscigenado e que por isso não existe preconceito ainda é um pensamento bastante propagado e aceito.

A partir da pesquisa realizada podemos perceber que a maioria dos estudantes reconhece que existe racismo no Brasil, porém em algumas colocações pode-se constatar que a discriminação racial ocorre de forma velada. Ainda é colocada a condição social como o motivo central de discriminação, como percebemos na fala a seguir: “Pelo menos aqui no Brasil, há uma tendência a separar as pessoas por classes sociais. Tirando, claro, alguns casos isolados”.

A pertença étnica ainda está vinculada apenas a cor da pele. Os alunos responderam que há negros no Ceará, pois existem pessoas com a “pele de cor

escura”. A discriminação racial na cidade de Fortaleza também foi reconhecida, mesmo que nenhum dos participantes da pesquisa tenha sofrido discriminação, todos já presenciaram casos de discriminação ou conhecem alguém que já discriminou baseado na cor da pele. “Uma parente próxima, de uma idade já elevada não gostava de mulheres da cor negra, pois relacionava a cor da pele a miséria, a falta de educação e a baixa renda”. Assim, podemos perceber como a discriminação racial está presente no cotidiano da sociedade, com familiares ou pessoas próximas.

Na percepção do racismo na universidade, constata-se que não é perceptível ou coloca-se como inexistente. Porém, deve-se reconhecer que a presença de negros na universidade é pequena e em alguns cursos é ainda menor.

A discriminação racial no Ceará, assim como no Brasil, é presente, porém com formas muitas vezes imperceptíveis. A partir da pesquisa podemos perceber que de alguma forma todos já presenciaram alguma forma de racismo e que as formas de enfrentamento a discriminação racial está vinculada a educação e a políticas governamentais que possam punir os racistas, reconhecendo até as formas mais sutis de racismo.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Globo, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez Editora, 7ª Ed. 2012.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

IBGE. **Raça/cor**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 14 de setembro de 2012.

MADEIRA, M. Z. A. **Capacitação para construção do plano municipal de igualdade racial de fortaleza.** Fortaleza, 2011.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política, Salário, preço e lucro. **O rendimento e suas fontes.** São Paulo: Abril Cultural, "Os economistas", 1982.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital - Rumo a uma teoria da transição.** Tradução de Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo. Editora da UNICAMP, 2002.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. In: **Revista Psicologia USP**, 17(1), 89-98. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Renata de Souza. **O negro na realidade sócioeconômica brasileira: um estudo da participação do negro no mercado de trabalho.** Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Publicacoes/Jovens_Pesquisadores/04/3.4.12.pdf Acesso em: 09/12/2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania.** Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, nº. 3, 2001.

RATTNER, Henrique. Exclusão Social. **Revista Espaço Acadêmico.** São Paulo, n. 65, Ano VI, s/p. Outubro, 2006.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, S. M. V. **A juventude negra não tem cara pintada.** Disponível em: < http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_4910444f91a00.pdf >. Acesso em: 14 de setembro de 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz - Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 4, 1998.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil.** Cuiabá: EdUFMT, 2008.